

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**CO-PRODUÇÃO DE SABERES JUNTO A PSICÓLOGOS QUE ATUAM EM CRAS  
DE VITÓRIA-ES**

IASMIN LIBALDE NASCIMENTO

THIAGO DRUMOND MORAES

VITÓRIA/ES

2018

## **Co-produção de saberes junto a psicólogos que atuam em CRAS de Vitória-ES**

### **Apresentação**

O presente texto apresenta as produções oriundas de encontros com psicólogas que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Vitória no Estado do Espírito Santo. As elaborações coletivas foram fruto da produção de um grupo de profissionais implicadas no debate e análise de sua atividade de trabalho nesses espaços. Pretende-se discutir o processo de construção dos encontros, assim como sinalizar a importância da implementação de espaços coletivos para a discussão da atividade de trabalho.

A inserção do profissional de psicologia como requisito para composição da equipe de referência mínima nos serviços de proteção social básica reflete a compreensão da importância de se trabalhar simultaneamente fatores psicológicos e sociais em contextos de risco e vulnerabilidade. Sendo assim, Santos (2014) sugere que cabe ao psicólogo “atuar sobre a dimensão subjetiva que caracteriza estas situações, fortalecendo vínculos socioafetivos, de forma que as atividades de atendimento tenham por princípio contribuir para a independência dos benefícios oferecidos e a promoção da autonomia na perspectiva da cidadania” (p.62).

Como trabalhador do CRAS, o psicólogo participa de todos os serviços, programas, projetos e benefícios ofertados por esse equipamento, articulando sua atuação em conjunto com a equipe interdisciplinar (BRASIL, 2005). Porém, várias dessas demandas de trabalho escapam ao escopo do saber da psicologia, fazendo com que seja necessário a criação de novos referenciais que orientem as práticas dos psicólogos que atuam nas políticas públicas (OLIVEIRA et al., 2011).

Em que pese o substancial subsídio fornecido pelas produções do Conselho Federal de Psicologia (2007; Nota técnica 2016) para o trabalho do psicólogo no CRAS, evidencia-se, ainda, a necessidade de certo aporte prático para o exercício profissional nessas instituições. Contribuindo com a discussão, estudos (LEÃO, OLIVEIRA, CARVALHO, 2014; RIBEIRO, GUZZO, 2014) apontam que as construções e apostas realizadas pelo psicólogo em sua atividade de trabalho, ao romperem com os moldes da psicoterapia individual, fortemente privilegiada nos cursos de graduação, por vezes são acompanhadas por questões como a perda da identidade profissional e/ou por uma aflição que advém da incerteza de atuarem em um campo no qual ainda não se reconhecem. Ademais, a sobrecarga de trabalho enfrentada pela equipe de profissionais no CRAS, conforme aponta Romagnoli (2016), contribui para que os trabalhadores se sintam absorvidos.

O presente debate nos coloca diante da importância de se refletir acerca da atividade de trabalho do psicólogo na assistência social, tendo em vista o profundo impacto do trabalho na produção da subjetividade. Cabe ainda mencionar que o trabalho é aqui compreendido a partir da perspectiva teórica da Clínica da Atividade (CLOT, 2007), vinculada às contribuições de linhagem francesa sobre o trabalho e cujo o principal teórico é Yves Clot. Para o autor, o trabalhar não se limita a realização de tarefas; mas produz o desenvolvimento subjetivo dos indivíduos. Nesse sentido, o trabalho é compreendido como atividade dirigida, histórica e processual que impacta profundamente a saúde dos sujeitos (CLOT, 2007).

### **Justificativa**

Nos meses de novembro e dezembro de 2015 foram realizados grupos com psicólogas que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Vitória, objetivando investigar a relação entre a atividade de trabalho e o processo saúde-doença entre psicólogos que atuam em serviços de proteção social básica nos CRAS. Cabe mencionar que esses encontros fizeram parte da coleta de dados de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Ocorre que no grupo com essas profissionais, surgiu a demanda de se construir um espaço para a discussão do trabalho do psicólogo no CRAS visando à construção de um documento que pudesse apresentar orientações específicas para a atuação dessas trabalhadoras no referido espaço. Barone (2012) aponta que a mobilização solitária do psicólogo para realizar sua atividade de trabalho no CRAS, envolve uma dedicação que necessitaria de um reconhecimento dos pares em debates acerca do fazer da psicologia no CRAS. “Assim, o saber dos psicólogos poderia ser também um caminho para a produção de conhecimento sobre o papel da psicologia no CRAS” (p. 81).

### **Objetivos**

O curso de formação com psicólogos dos CRAS de Vitória objetivou fornecer instrumentos teórico-técnicos que pudessem viabilizar a análise de sua atividade profissional. Tal curso, e as análises práticas nele transcorridas, pretendeu contribuir para:

- Desenvolver um espaço coletivo de reflexão e discussão da atividade de trabalho do psicólogo no CRAS e a construção coletiva de um documento que visa orientar a atuação do psicólogo nesse equipamento;
- Analisar coletivamente os sentidos produzidos pelos psicólogos sobre o trabalho em CRAS e seus efeitos na organização, desenvolvimento e qualidade da atividade desenvolvida nesses espaços.

### **Metodologia**

O curso foi realizado no município de Vitória que define 12 regiões de maior vulnerabilidade; representadas pelos territórios de Parque Moscoso, Consolação, Continental, Inhanguetá, Itararé, Jucutuquara, Maruípe, Praia do Canto, Santa Martha, Santo Antônio, São Pedro I e São Pedro II.

O espaço físico no qual se desenvolveu a atividade foi o prédio da Pós- Graduação em Psicologia da UFES e posteriormente o CRAS de Jucutuquara, conforme a decisão do grupo. As reuniões aconteceram no período compreendido entre junho e dezembro do ano de 2016, subdivididas em 14 encontros de 4 horas. Inicialmente contando com a presença de 5 participantes, quatro psicólogas e um estagiário de psicologia, as atividades foram finalizadas com a participação de doze profissionais; representando os territórios de Parque Moscoso, Itararé, Jucutuquara, Maruípe, Santa Martha, Santo Antônio e São Pedro II.

De caráter teórico-prático e se enquadrando na estratégia de formação continuada, o curso contou com 100 horas, sendo 56 horas presenciais e 44 horas de atividade não-presenciais, comprovadas por meio do trabalho desenvolvido, supervisionado e discutido ao longo das atividades.

O curso de extensão se desenvolveu em 5 etapas – apresentação e discussão dos objetivos; apresentações de conceitos teóricos e práticos; análises da atividade dos profissionais nos CRAS; construção dos documentos; avaliação final do curso – realizadas a partir da metodologia de Rodas de Conversa (AFONSO; ABADE, 2008). Assim, embora seguindo uma determinada orientação teórica e com conceitos previamente escolhidos para condução dos debates, as discussões durante os encontros se deram de maneira espontânea a partir de questões trazidas pelas próprias profissionais acerca de sua atividade de trabalho em negociação com a facilitadora. Os registros dos debates foram gravados em áudio, visando auxiliar posterior análise e sistematização das informações produzidas no grupo.

### **Resultados alcançados:**

Seguindo os preceitos de Clot (2007), é na transformação, no desenvolvimento da atividade de trabalho (fruto da intervenção), que se pode produzir conhecimentos sobre o trabalho. Dessa maneira, por meio dessa atividade, foram produzidos dois documentos que visam apresentar orientações específicas para a atuação do profissional de psicologia no CRAS. O primeiro trata-se de uma descrição do cargo de psicólogo que atua em CRAS, no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), elaborado a partir das diretrizes elencadas pelo Conselho Federal de Psicologia para a atuação do psicólogo no CRAS (CFP, 2007) e das atribuições para um técnico de nível superior que compõe a equipe interdisciplinar do CRAS (BRASIL, 2009).

O segundo documento propõe um modelo de relatório para o psicólogo que trabalha em CRAS, com base na Resolução CFP nº 030/2001 acerca da elaboração de documentos produzidos por profissionais de psicologia.

Por fim, convém sinalizar ainda, que as análises e discussões possibilitaram que as participantes identificassem algumas condições de trabalho que contribuíam para despotencializar a saúde em seus ambientes laborais. Desta forma, foi elaborado um conjunto de sugestões e solicitações a fim de assegurar a melhoria nas condições de trabalho, da saúde das trabalhadoras e, conseqüentemente, do atendimento prestado ao munícipe.

A formação com as psicólogas visou a co-produção de competências com as trabalhadoras; competências aqui entendidas não somente como a utilização de ferramentas e aplicação de procedimentos, mas sim como a possibilidade de efetua-los em um ambiente laboral que está em constante mudança (DURRIVE, 2007).

Destarte, podemos nos referir a três etapas de formação, que serão divididas aqui por questões didáticas. A primeira sinaliza que a análise da atividade de trabalho, por si só, é formadora; uma vez que sujeito invariavelmente se desloca de posição ao analisar sua atividade e passa a observa-la a partir outro ângulo, colocando em questão seu fazer. Assim, na medida em que o trabalhador compreende as nuances e analisa a complexidade de sua atuação, talvez antes irrefletida, ele a transforma porque passa a entendê-la a partir de outro contexto, modificando seu sistema de referências (CLOT, 2007). Em segundo lugar, as discussões e o aprofundamento do debate sobre a prática, produzem informações que orientam o profissional na construção e desenvolvimento de competências de ação sobre o trabalho. E, por fim, instrumentaliza os participantes de modo que eles possam “propor melhorias do contexto de trabalho com redefinição de funções e/ou dos meios necessários à atividade” (LACOMBLEZ; TEIGER, 2007, p.592).

Diante do exposto, podemos dizer que foi possível perceber três efeitos ao longo do processo de condução das discussões com as psicólogas. O primeiro, dado a partir das trocas de experiências e debates acerca das diversas formas de pensar e fazer a tarefa, permitiu a composição e apropriação gradual de “múltiplas ‘regras para a ação’ aplicadas, mas, até aí, raramente exprimidas ou compartilhadas” (LACOMBLEZ; TEIGER, 2007, p. 593); o que abriu espaço para um aperfeiçoamento da prática profissional. O segundo efeito foi a produção de um conhecimento formal, traduzido nas propostas de prescrição para os psicólogos e as psicólogas do CRAS. Por fim, os encontros contribuíram para o fortalecimento e mobilização coletiva das psicólogas que atuam nos CRAS do município de Vitória.

#### **Referências:**

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em Direitos Humanos**. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

BARONE, A. M. V. B. **A Inserção do Psicólogo na Política de Assistência Social: uma análise da atividade de trabalho do psicólogo nos Centros de Referência da Assistência Social**. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) - Programa de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Centro Universitário UMA, Belo Horizonte, 2012.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à Fome. Secretaria nacional de assistência social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do desenvolvimento social e combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Brasília, 2009.

CLOT Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 30, de 1 de dezembro de 2001. Institui o Manual de Elaboração de Documentos, produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliações Psicológicas. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. *Referência técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2007.

\_\_\_\_\_. Nota técnica nº 001, de 21 e 22 de outubro de 2016. Dispõe sobre os parâmetros para atuação das e dos profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília, 2016.

DURRIVE, L. O Formador ergológico ou “Ergoformador”: Uma introdução à ergoformação. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.) **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007. Cap. 11, p. 297-318.

LACOMBLEZ, M.; TEIGER, C. Ergonomia, formações e transformações. In: Falzon P. **Ergonomia**. São Paulo: Blucher, 2007. Cap. 41, p. 587-601.

LEÃO, S. M.; OLIVEIRA, I. M. F. F. D.; CARVALHO, D. B. D. O Psicólogo no Campo do Bem-Estar Social: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 14, n.1, p. 264-289, 2014.

OLIVEIRA, I. F.; DANTAS, C. M. B.; SOLON, A. F. A. C.; AMORIM, K. M. O. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS [Edição especial]. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p.140-149, 2011.

RIBEIRO, M. E.; GUZZO, R. S. L. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Reflexões Críticas Sobre Ações e Dilemas Profissionais. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n.1, p. 83-96, 2014.

ROMAGNOLI, R. C. Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, 2016.

SANTOS, L. N. **A psicologia na assistência social: convivendo com a desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2014.